

**EIXO TEMÁTICO 6 | EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS****DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA****CHALLENGES AND PERSPECTIVES IN BRAZILIAN EARLY CHILDHOOD EDUCATION**Lúcia Aparecida Parreira<sup>1</sup>Bruna Thomaz de Aquino Moriguchi<sup>2</sup>**RESUMO**

O estudo analisa a evolução da escolarização infantil no Brasil, desde o século XIX até os dias atuais, destacando avanços, desafios e conquistas. A expansão do acesso à educação primária reflete mudanças sociais e políticas, mas desigualdades persistem, especialmente para crianças pobres e minorias étnicas. A institucionalização da educação infantil, iniciada no século XX, trouxe políticas públicas e movimentos como a Escola Nova. A influência de teóricos como Piaget, Vygotsky e Montessori na prática pedagógica é notável. Apesar dos avanços legislativos, como a Constituição de 1988, desafios permanecem, incluindo acesso desigual, falta de qualidade e necessidade de formação docente adequada. A promoção da voz das crianças e o investimento em políticas inclusivas são fundamentais para superar esses desafios e construir uma sociedade mais justa e democrática para as futuras gerações.

**Palavras-Chave:** Educação infantil, desigualdade, formação docente.

**ABSTRACT**

The study analyzes the evolution of early childhood education in Brazil, from the 19th century to the present day, highlighting advancements, challenges, and achievements. The expansion of access to primary education reflects social and political changes, but inequalities persist, especially for poor children and ethnic minorities. The institutionalization of early childhood education, initiated in the 20th century, brought about public policies and movements such as the New School. The influence of theorists like Piaget, Vygotsky, and Montessori on pedagogical practice is notable. Despite legislative advancements, such as the 1988 Constitution, challenges remain, including unequal access, lack of quality, and the need for adequate teacher training. Promoting children's voices and investing in inclusive policies are essential to overcome these challenges and build a fairer and more democratic society for future generations.

<sup>1</sup> Docente da Graduação em Sistema de Informação e Coordenadora e Docente do Curso de História da Faculdade Barretos. Coordenadora do Colégio Barretos. Doutora em Serviço Social pela Unesp de Franca e Mestre em Educação. E-mail: lucia@unibarretos.com.br.

<sup>2</sup> Coordenadora do Colégio Barretos. Pedagoga e Especialista em Educação Especial. e-mail:bruna@unibarretos.com.br.

**Keywords:** Early childhood education, inequality, teacher training.

## **1 INTRODUÇÃO**

A escolarização de crianças no Brasil ao longo dos séculos XIX e XX é um tema de grande relevância histórica e social, refletindo não apenas os avanços educacionais, mas também as transformações políticas, sociais e culturais ocorridas no país. Este artigo propõe uma breve análise desse processo, buscando compreender as principais mudanças, desafios e conquistas ao longo desse período.

O objetivo desta pesquisa é investigar a evolução da escolarização de crianças no Brasil, desde os primeiros movimentos de expansão do sistema educacional até as políticas públicas mais recentes voltadas para a Educação Infantil. Para alcançar esse objetivo, será realizada uma análise histórica, abordando aspectos como a institucionalização da educação na infância, a criação de políticas públicas específicas e os desafios enfrentados para garantir o acesso, a qualidade e a equidade na oferta da Educação Infantil.

A metodologia utilizada neste estudo consiste em uma revisão bibliográfica, que abarca obras acadêmicas, documentos históricos, legislações pertinentes e estudos contemporâneos sobre o tema. Além disso, serão analisadas fontes primárias e secundárias, como relatórios governamentais, artigos de periódicos e trabalhos acadêmicos, a fim de proporcionar uma visão contextualizada do processo de escolarização de crianças no Brasil.

Ao compreendermos a trajetória da escolarização de crianças no Brasil, desde os seus primórdios até os dias atuais, podemos não apenas reconhecer os avanços alcançados, mas também identificar os desafios que ainda persistem, contribuindo assim para o debate e a formulação de políticas públicas mais eficazes no campo da Educação Infantil.

## **2 A ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS NO BRASIL**

A escolarização de crianças e jovens entre os séculos XIX e XX passou por importantes transformações, refletindo mudanças sociais, políticas e educacionais ocorridas nesse período.

Embora seja difícil generalizar completamente, devido às diferenças entre países e regiões, é possível destacar alguns aspectos comuns desse processo.

No século XIX, a maioria das sociedades ocidentais passou por um movimento de

expansão do sistema educacional, conhecido como "explosão educacional". Anteriormente, a educação formal era acessível apenas a uma pequena elite privilegiada. No entanto, com o avanço do processo de industrialização e do pensamento iluminista e das mudanças sociais, a educação começou a ser vista como um direito fundamental e um meio de formar para a sociedade capitalista novos cidadãos produtivos.

Nesse período, surgiram leis e reformas educacionais em muitos países, tornando a educação obrigatória e estendendo-a para além das elites. A educação primária tornou-se mais acessível para crianças de todas as classes sociais. Escolas públicas foram estabelecidas e os governos investiram na formação de professores e na criação de currículos padronizados.

No entanto, as oportunidades educacionais ainda eram desiguais. As meninas e as crianças de famílias mais pobres muitas vezes tinham acesso limitado à educação ou eram direcionadas para cursos considerados mais práticos. Além disso, muitos grupos marginalizados, como minorias étnicas e indígenas, continuaram enfrentando barreiras educacionais significativas.

Neste século, ocorreram importantes transformações no campo da educação e da escolarização, refletindo mudanças sociais, políticas e educacionais da época. Embora haja variações entre os países, é possível destacar alguns aspectos gerais da escolarização nesse período.

A expansão da educação primária foi marcada por reformas educacionais em diversos países que implementaram a padronização dos currículos, a melhoria das condições das escolas, a formação de professores e a introdução de métodos pedagógicos atentos ao desenvolvimento integral das crianças. Escolas foram organizadas de acordo com um modelo disciplinado e hierárquico, com ênfase na transmissão de conhecimentos básicos, como leitura, escrita e aritmética.

A expansão da educação primária possibilitou um aumento significativo no número de crianças matriculadas em escolas primárias em vários lugares do mundo, como exemplo, a Inglaterra, a taxa de matrícula nas escolas primárias aumentou de cerca de 25% no início do século para mais de 90% no final do século. Em 1880, a França introduziu a educação primária obrigatória para crianças de 6 a 13 anos. Na Alemanha, a Lei do Ensino Primário de 1717 estabeleceu a obrigatoriedade da educação primária. Novos acessos às meninas, pois em 1849, a Suécia tornou obrigatória a educação primária para elas (Kuhlmann, 2015).

O enfoque na formação de professores tornou-se uma preocupação crescente durante

o século XIX; escolas de formação de professores foram estabelecidas em vários países, com ênfase na melhoria da qualidade do ensino e na capacitação adequada dos/as educadores/as.

No Brasil, os séculos XIX e XX revelaram uma escolarização de crianças e jovens marcada por avanços lentos e desigualdades agudizadas. O acesso à educação era especialmente limitado para as populações rurais e para as pessoas de baixa renda. As desigualdades sociais e raciais também influenciaram a escolarização no Brasil, pois as oportunidades educacionais eram mais amplas para as pessoas de classes sociais privilegiadas e para a população branca, enquanto as populações negras e indígenas enfrentavam barreiras para o acesso à educação formal.

No Brasil, a educação será pensada, no início do século XIX, como fator civilizador capaz de garantir, mediante extensão da educação moral e instrução elementar à população livre, condições de governabilidade. [...] O debate em torno da educação no Brasil e sua importância deu-se no diálogo com o contexto europeu, no qual Estados-nação investiam na educação como fator promotor da coesão nacional (Gouvêa, 2008, p. 202).

A institucionalização da educação na infância no Brasil durante os últimos séculos foi marcada por avanços significativos na criação de instituições específicas para o atendimento educacional das crianças. Essas instituições foram criadas para atender às necessidades das famílias trabalhadoras e proporcionar um ambiente adequado para o desenvolvimento integral das crianças. O país é marcado por dois tipos de atendimentos diferenciados que são: os “jardins de Infância” com características pedagógicas para atender as classes abastadas, ou seja, crianças privilegiadas e o atendimento às classes populares, ou seja, às crianças pobres, por meio dos “asilos” ou “creches”. Ressaltamos que ambas as instituições se caracterizavam por uma educação emancipadora ou submissa, que demandava a sobrevivência das famílias pobres, inserindo seus filhos aos trabalhos nas fábricas, oficinas e minas (Kulhmann; Fernandes, 2004).

Foi somente na década de 1930, com a ascensão do Estado Novo de Getúlio Vargas, que a educação infantil começou a ser vista como um direito das crianças e um dever do Estado.

Nesse período, foram criados os primeiros jardins-de-infância e instituições políticas públicas voltadas para a educação infantil.

No início do século passado, a criança passou a ser vista como um indivíduo em desenvolvimento e surgiu um movimento para protegê-la e promover seus direitos. Em 1927, foi criado o primeiro código de proteção à infância no Brasil, que estabeleceu medidas para proteger as crianças contra o abandono, a exploração e o abuso.

O Movimento da Escola Nova teve uma influência significativa na educação infantil no Brasil. Esse movimento propunha uma abordagem mais ativa e participativa na educação, com ênfase no desenvolvimento integral da criança e na aprendizagem por meio da experiência e da interação social. E a partir da década de 1930, foram implementadas políticas públicas que visavam à institucionalização da educação na infância. Em 1942, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Orgânica do Ensino Primário), que estabeleceu a obrigatoriedade da educação pré-escolar para crianças de 4 a 6 anos. Tem-se ainda uma expansão gradual da rede de educação infantil no Brasil, pois creches e pré-escolas foram criadas em diferentes regiões do país, tanto na esfera pública como na privada. E o objetivo era oferecer um ambiente educativo adequado e estimulante para as crianças em idade pré-escolar.

Outra ênfase foi a formação de professores para a educação infantil também foi uma preocupação crescente ao longo do século XX. Foram criados cursos específicos de formação de professores para o trabalho com crianças pequenas, visando desenvolver competências pedagógicas e conhecimentos específicos para atuar nessa faixa etária. E ainda, no século XX, houve um maior reconhecimento da importância dos primeiros anos de vida na formação das crianças. A Educação Infantil passou a ser vista como um período fundamental para o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e motor das crianças, recebendo cada vez mais uma prioridade política.

Nos anos 1950 e 1960, houve um aumento da urbanização no país e surgiram novos desafios para a proteção e educação das crianças. O governo criou programas de assistência social e educação infantil para atender às demandas crescentes da população urbana. Na década de 1970, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança foi criada, reconhecendo a criança como um sujeito de direitos e estabelecendo diretrizes para a proteção e promoção dos seus direitos (Azevedo, 2013).

O movimento crescente em direção à universalização da Educação Infantil no Brasil com iniciativas governamentais, investimentos financeiros e políticas públicas foram implementadas visando garantir o acesso de todas as crianças à educação na primeira infância, independentemente de sua origem socioeconômica.

O reconhecimento da importância do desenvolvimento integral da criança na educação infantil foi marcado por abordagens pedagógicas que consideravam não apenas o aspecto cognitivo, mas também o emocional, social e motor das crianças. Alguns dos teóricos que destacamos tiveram influência significativa na concepção e práticas da Educação Infantil no

Brasil. São eles:

Jean Piaget foi um psicólogo suíço cujas teorias sobre o desenvolvimento cognitivo tiveram impacto na educação infantil brasileira. Sua abordagem construtivista destacava a importância do desenvolvimento das estruturas mentais da criança por meio de interações ativas com o ambiente. Sua concepção influenciou a valorização do jogo e da atividade lúdica como meios de aprendizagem.

O psicólogo e pedagogo russo, Lev Vygotsky, trouxe contribuições importantes para a compreensão do desenvolvimento humano e da aprendizagem. Sua teoria sociocultural enfatizava o papel das interações sociais e da linguagem no processo de construção do conhecimento. No contexto da educação infantil, suas ideias influenciaram a valorização das interações entre pares e a importância do ambiente social e cultural para o desenvolvimento da criança.

A pesquisadora argentina Emília Ferreiro teve influência significativa na compreensão dos processos de alfabetização e letramento. Sua perspectiva construtivista defendia que as crianças constroem ativamente o conhecimento sobre a leitura e a escrita por meio de suas experiências e hipóteses. Seu trabalho contribuiu para a reflexão sobre práticas pedagógicas mais adequadas no ensino da linguagem escrita na educação infantil.

O grande educador brasileiro Paulo Freire trouxe importantes contribuições para a educação em geral, incluindo a educação infantil. Sua pedagogia da conscientização enfatizava a importância do diálogo, da problematização das realidades sociais e da participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento. Seus princípios pedagógicos, como a valorização da cultura e da contextualização, influenciaram práticas educacionais inclusivas e críticas na educação infantil.

Outro psicólogo francês que teve relevância no campo da educação infantil ao destacar a importância das emoções e da afetividade no desenvolvimento humano, foi Henri Wallon, cuja teoria do desenvolvimento enfatizava as interações entre o corpo, o movimento, a cognição e as emoções. Suas ideias influenciaram práticas educacionais que valorizam o cuidado afetivo e o desenvolvimento integral das crianças.

Ainda destacamos o educador alemão Friedrich Fröbel com influência relevante na educação infantil brasileira. Ele desenvolveu o conceito de jardim de infância, que valorizava a importância do brincar, da criatividade e do desenvolvimento integral da criança. Sua abordagem pedagógica enfatizava a interação entre natureza, arte e atividades manuais,

promovendo o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional da criança.

O educador russo Anton Makarenko influenciou a educação infantil brasileira por meio de suas ideias sobre educação comunitária e trabalho coletivo. Ele defendia a importância da formação de comunidades educativas, em que as crianças aprendem por meio da cooperação, do respeito mútuo e do desenvolvimento de habilidades sociais. Sua visão influenciou a valorização da participação e da construção coletiva na educação infantil brasileira.

A escritora Ana Maria Machado também teve uma influência significativa na educação infantil no Brasil, como defensora dos direitos da criança, ela enfatizou a importância de oferecer às crianças acesso à literatura e à cultura desde cedo. Seus trabalhos contribuíram para a promoção de práticas de leitura e escrita na educação infantil, bem como para o incentivo à imaginação e à criatividade das crianças.

E por fim, a médica e educadora italiana Maria Montessori com influência na educação infantil brasileira. Sua abordagem pedagógica, conhecida como Método Montessori, valorizava a autonomia, a liberdade e a autoeducação da criança. Por meio de materiais didáticos específicos e de um ambiente preparado, o Método Montessori busca promover o desenvolvimento integral da criança, estimulando suas habilidades cognitivas, sociais e emocionais.

Embora seja uma abordagem de origem italiana, o enfoque Reggio Emilia também exerceu influência na educação infantil brasileira. Essa abordagem enfatiza a importância da expressão artística, da investigação e da participação ativa das crianças no processo de aprendizagem. A valorização da criatividade, da colaboração e da escuta atenta das crianças são aspectos fundamentais nesta abordagem.

Enfim, foram teóricos e abordagens pedagógicas influentes na Educação Infantil no Brasil ao longo do século XX. Suas ideias contribuíram para o desenvolvimento de práticas educacionais mais centradas na criança, no cuidar e brincar, na participação ativa e no desenvolvimento integral.

Atualmente, a Educação Infantil é reconhecida como um direito fundamental das crianças e uma prioridade das políticas públicas. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 208, que "o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade". Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, reconhece a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, destinada a crianças de até cinco anos de idade, e define as



diretrizes curriculares nacionais para essa modalidade de ensino.

No entanto, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados para garantir o acesso, a qualidade e a equidade na oferta da Educação Infantil, especialmente para as crianças mais vulneráveis.

Apesar do reconhecimento da importância da Educação Infantil e dos avanços nas políticas públicas voltadas para essa modalidade de ensino, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados para garantir o acesso, a qualidade e a equidade na oferta da Educação Infantil.

Um dos principais desafios diz respeito à expansão da oferta de vagas em creches e pré-escolas, especialmente para as famílias mais pobres e vulneráveis. Segundo dados do Censo Escolar de 2020, cerca de 25% das crianças de zero a três anos de idade não têm acesso à Educação Infantil. Esse número é ainda maior entre as famílias mais pobres e as crianças negras e indígenas, que enfrentam maiores dificuldades para matricular seus filhos em creches e pré-escolas.

Além disso, a qualidade da Educação Infantil ainda é um desafio. Muitas creches e pré-escolas não possuem infraestrutura adequada, materiais pedagógicos e equipe de profissionais qualificados para atender às necessidades das crianças. Isso compromete o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social das crianças, além de afetar a formação de valores e o estímulo à criatividade e à imaginação.

Outro desafio é a formação de professores e demais profissionais que atuam na Educação Infantil. É importante que esses profissionais possuam formação adequada e contínua para que possam atuar de forma efetiva e qualificada na promoção do desenvolvimento integral das crianças.

Por fim, a equidade na oferta da Educação Infantil é um desafio importante a ser enfrentado. É necessário que haja políticas públicas que garantam o acesso à Educação Infantil de qualidade para todas as crianças, independentemente de sua classe social, raça, gênero ou local de moradia. Isso implica em investimentos públicos em infraestrutura, formação de profissionais, materiais pedagógicos e outras ações que contribuam para a promoção da equidade e da justiça social na Educação Infantil (Kramer, 2011).

A formação docente é uma questão fundamental na promoção da qualidade da Educação Infantil no Brasil. Os professores e demais profissionais que atuam nessa modalidade de ensino precisam possuir uma formação adequada e atualizada para que possam atuar de forma efetiva e qualificada na promoção do desenvolvimento integral das crianças.



A formação docente deve contemplar não apenas o conhecimento teórico, mas também a prática pedagógica, a vivência em espaços educativos e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. É importante que os professores tenham contato com diferentes abordagens pedagógicas, metodologias e tecnologias educacionais, além de desenvolverem uma postura crítica e reflexiva sobre sua prática (Arce; Jacomeli, 2012).

Outro aspecto importante na formação docente é a valorização da diversidade e do respeito às diferenças. Os professores precisam ser formados para atuar de forma inclusiva, acolhendo e valorizando a diversidade étnico-racial, cultural, linguística, religiosa, de gênero, entre outras, presentes nas salas de aula.

Além disso, a formação docente deve estar em constante diálogo com as demandas e os desafios da prática educativa, buscando sempre a atualização e o aprimoramento profissional. Isso pode ser feito por meio de cursos de formação continuada, participação em eventos educacionais, grupos de estudo, entre outras estratégias de desenvolvimento profissional.

Em suma, a formação docente é um elemento essencial para a promoção da qualidade da Educação Infantil no Brasil. Investir na formação inicial e continuada dos professores e demais profissionais que atuam nessa área é fundamental para garantir o direito das crianças à uma educação de qualidade e para contribuir para o seu desenvolvimento integral e emancipatório.

### **3 CONCLUSÃO**

Como conclusão deste estudo, compreendemos a urgente necessidade de continuar pesquisando sobre essa temática. A história da infância e da escolarização no Brasil revela uma trajetória marcada por desafios, avanços e lutas incessantes pelos direitos das crianças.

Ao longo dos anos, diversas transformações ocorreram no sistema educacional brasileiro, impulsionadas pela mobilização social e pelos movimentos em prol dos direitos das crianças. A expansão do acesso à escolarização, a garantia de políticas públicas voltadas para a infância e a busca por uma educação pública, inclusiva, laica e gratuita têm sido pilares fundamentais dessas lutas.

No entanto, ainda há muitos desafios a serem superados, pautados na desigualdade do sistema capitalista que priva muitas crianças de um acesso de qualidade à educação. A falta de infraestrutura, a precariedade das condições de ensino e as disparidades socioeconômicas

continuam a ser obstáculos que dificultam o pleno desenvolvimento das crianças. O fortalecimento de políticas públicas que promovam a inclusão, a valorização dos profissionais da educação, a promoção de condições adequadas nas escolas e o investimento nas áreas vulneráveis e periféricas são fundamentais para superar os desafios ainda existentes.

É imprescindível também que sejam ouvidas as vozes das crianças, reconhecendo-as como sujeitos de direitos e protagonistas em seu próprio processo de aprendizagem. É necessário criar espaços para que elas sejam ouvidas, respeitando suas experiências, necessidades e aspirações.

A história da infância e da escolarização no Brasil é uma história de lutas por direitos. O caminho para uma educação de qualidade para todas as crianças exige esforços contínuos, parcerias entre os diferentes atores sociais e o compromisso firme de construir uma sociedade justa, inclusiva e democrática para as futuras gerações.

#### REFERÊNCIAS

ARCE, A.; JACOMELI, M. R. M. **Educação infantil versus educação escolar?** Entre a (des)escolarização e a precarização do trabalho pedagógico nas salas de aula. Campinas/SP: Autores Associados, 2012.

AZEVEDO, H. H. O. de. **Educação infantil e formação de professores:** para além da separação cuidar-educar. São Paulo: Unesp, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 30 abril de 2024.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 30 abril de 2024.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 199. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 30 abril de 2024.

GOUVÊA, M. C. S. **A escolarização da “meninice” nas Minas oitocentistas: a individualização do aluno.** In: VEIGA, C. G.; FONSECA, T. N. de L. e. História e historiografia da educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil:** a arte do disfarce. São Paulo: Cortez, 2011.

KUHLMANN JR., M. **Infância e educação infantil:** uma abordagem histórica. 7.ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

KUHLMANN JR., M; FERNANDES, R. **Sobre a história da infância**. In: FARIA FILHO, L. M. (org.). A infância e sua educação: materiais, práticas e representações. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.